

**ESCRAVOCRATAS, DOUTORAS E... QUEIMADAS VIVAS: VIOLÊNCIA  
FÍSICA CONTRA MULHERES NOS ANOS 1880**

Daniela Magalhães da Silveira

Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia

[danielasilveira@hotmail.com](mailto:danielasilveira@hotmail.com)

Nos últimos dias de 1888, uma notícia apareceu em diferentes jornais da Corte. A *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*, na quinta-feira, 20 de dezembro, anunciavam, de forma sucinta, que Ermelinda Lopes de Vasconcelos havia sido aprovada, com distinção, nos exames de final de curso realizados pela Faculdade de Medicina. A *Gazeta de Notícias* oferecia mais detalhes, fazendo questão de frisar que era a primeira mulher a se formar naquela faculdade, além de relatar sobre a presença do Imperador durante a defesa da tese e a filiação da mais jovem doutora. Tratava-se da filha de um “negociante desta corte Sr. Joaquim Lopes de Vasconcelos”. Era uma notícia publicada na primeira página de ambos os jornais, sem a intenção de destacá-la do restante. Cumpria, talvez, o desejo de mostrar a excentricidade do fato, sem, no entanto, conferir qualquer relevância, quando comparada aos outros acontecimentos.

Coube às crônicas a função de debater com o público e mostrar as opiniões dos colaboradores daquelas folhas diante da novidade. No reconhecido e já consolidado espaço da crônica dominical da *Gazeta de Notícias*, pareceu importante relembrar como a nova médica havia alcançado altas médias ao longo de todo o curso. Provavelmente com o objetivo de conferir confiabilidade para tal feito que não se resumia à conquista do diploma de forma medíocre. Havia também a tentativa de prever quem seriam os futuros pacientes da médica e quais intenções os mesmos teriam ao decidirem procurar socorro no consultório de uma mulher. Poder contar com alguém do sexo feminino para atender outras mulheres parecia perfeito. Com relação aos pacientes do sexo masculino, seriam movidos por interesses diversos:

“não é preciso pedir à retórica um esforço para demonstrar que os do sexo forte quererão sempre que os socorra uma médica, e que muitos abençoarão o micróbio da febre amarela ou a roda dos bondes, que lhes dá a suprema dita

de verem tomar-lhes o pulso ou aplicarem-lhes um aparelho, umas mãos delicadas, macias, que beijarão reconhecidos, muitíssimo reconhecidos...”

No *Diário de Notícias*, coube a Eloy, o Heróe, em sua série de crônicas “De palanque”, comentar o fato. Mais uma vez, a insistência em reafirmar o mérito da formanda que havia sido aprovada com distinção “depois de obter o mesmo grau de aprovação em todos os anos e nas clínicas”. É interessante observar que essa informação só aparecia dessa forma por se tratar de uma mulher, pois junto com ela outros médicos foram diplomados, sem que houvesse o relato sobre o rendimento acadêmico deles. Por outro lado, esse cronista se dirigia às “senhoras fluminenses”, com o objetivo de exaltar a “doutora Ermelinda” e como aquela formatura indicava a possibilidade de outras jovens seguirem o mesmo caminho. Segundo acreditava, aliás, a medicina era ao mesmo tempo “uma ciência e um sacerdócio”. Por isso, as mulheres eram perfeitamente adequadas para a profissão, pois possuíam o “coração mais sensível”, uma alma passível de compreensão sobre “as dores alheias”, entre outras qualidades que seriam mais refinadas em mulheres do que em homens, segundo as ideias defendidas por aquele cronista.

Até certo ponto da leitura da crônica, quem acompanhasse o pensamento de Eloy, o Heróe poderia ser levado a acreditar que as mulheres seriam mais adequadas à profissão da medicina do que os homens. No entanto, ao fazer o mesmo exercício realizado pelo cronista da *Gazeta de Notícias*, com relação a quem as médicas deveriam atender, chegava a seguinte conclusão:

Mas não é para nós, bípedes barbados, que as senhoras se formam em medicina: contentemo-nos de contemplar no delírio da febre as feições do Dr. Maximiano e outros feiosos do nosso sexo.

Elas destinam-se às senhoras, e, digam lá, não seria conveniente que as houvesse em número avultado, para evitar essas lutas do pudor contra a necessidade imperiosa de um tratamento?

Mulheres deveriam se formar em medicina para atender outras mulheres. Porque pacientes do sexo masculino não conseguiam olhar para aquela profissional sem cometer algum tipo de abuso sexual e porque assim livraríamos as pacientes do sexo feminino de serem atendidas por médicos abusadores. Embora a existência de médicos capazes de usar seus conhecimentos para constranger suas pacientes tenha sido ignorada

pelo cronista que afirmava se tratar de senhoras extremamente recatadas e que possuíam uma “repugnância instintiva” que as impediam de se mostrar para um estranho.

O objetivo expresso pelo cronista era o de elogiar a doutora Ermelinda e mostrar como o exemplo da jovem médica deveria ser seguido por outras mulheres. No entanto, a redação de sua crônica deixa escapar alguns dos fundamentos daquela sociedade brasileira que procurava se reorganizar, quando o sistema de trabalho escravista chegava a termo. Quando ganhava o espaço da crônica, a formatura de uma mulher na Faculdade de Medicina deixava de ser apenas uma excentricidade e merecia uma discussão no sentido de estabelecer a atuação de outras mulheres que pudessem seguir o mesmo caminho.

Ofertas de trabalhos variados e sem especialização apareciam recorrentemente nos jornais àquela época. Havia mesmo quem procurava pelos serviços femininos e deixava essa preferência indicada nos anúncios. Mulheres pobres estavam nas ruas, tentando garantir suas sobrevivências, mas ocupavam principalmente trabalhos desenvolvidos dentro de casa, como arrumadeiras, cozinheiras, entre tantas outras atividades domésticas. A principal novidade do momento era a existência de mulheres em profissões que exigiam um diploma e que proporcionavam rendimentos financeiros mais consideráveis, além de reconhecimento social. Isso não deixou escapar o mesmo Eloy, o Heróe, quando comentou sobre a doutora Ermelinda, num jornal dedicado aos interesses femininos. Com redação muito semelhante aquela crônica publicada no *Diário de Notícias*, a “Croniqueta” que apareceu em *A Estação* acrescentava:

A Exma. Sra. D. Ermelinda deve a princípio sofrer os efeitos do nosso espírito rotineiro e dessa estúpida crença de que as mulheres se inventaram exclusivamente para os trabalhos domésticos; mas dia virá em que a nossa ilustre patricia será gloriosamente reconhecida o chefe de uma legião sagrada.  
(Estação. 31 de dezembro de 1888. P. 32)

Embora não existisse diferença substancial, quando o mesmo narrador se propunha a escrever para públicos diferentes, vale a pena observar como aquela notícia serviu para que cronistas dos principais jornais fluminenses parassem para refletir sobre as mudanças no mercado de trabalho com a diplomação de mulheres. Havia uma tentativa de elogiar a jovem formanda, mas também uma preocupação moral com o comportamento de pacientes de diferentes sexos diante de uma médica. Isso deixava

escapar certa tentativa de organizar um mercado de trabalho que já aparecia meio nebuloso, por causa da abolição da escravidão e da chegada de trabalhadores imigrantes europeus e asiáticos.

O comportamento feminino nesse momento antecedente e imediatamente posterior à abolição despertava grande interesse de diversos intelectuais. Assim, do mesmo modo que uma jovem médica servia de destaque e exemplo positivo, senhoras que mantinham seus escravos eram duramente repreendidas por aquelas páginas. Especialmente as mais idosas que, segundo o redator de *A mãe de família*, eram aquelas que menos compreendiam as “injustiças de seus antepassados ou contemporâneos” (*Mãe de Família*. 31 de março de 1884). Na campanha abolicionista, apelavam para o eterno sentimento maternal que deveria fazer parte de toda mulher com o intuito de convencê-las a acompanhá-los naquela cruzada ou simplesmente libertarem seus escravos.

Eram cronistas e médicos ocupados em entender as mudanças de comportamento de mulheres das classes sociais mais elevadas. Talvez não fosse muito claro àquela época, especialmente para esses homens de letras, o teor de violência contido numa abordagem maliciosa, realizada por um paciente interessado apenas em acariciar as mãos macias de uma jovem médica. Possíveis vítimas de assédio em seus consultórios deveriam restringir-se a atender outras mulheres e assim ainda cumpriam a tarefa de livrá-las de qualquer constrangimento como pacientes. Essas situações eram tratadas em tom de pilhéria pelos cronistas que acreditavam estar elogiando a infinita beleza feminina. Por outro lado, parecia bastante evidente o quão cruel era uma senhora escravocrata apegada a antigas práticas de castigo e opressão. O final da escravidão como regime de trabalho ajudava a definir a violência doméstica e jogava luz sobre como as mulheres eram extremamente cruéis na direção de seus lares. Esse mesmo momento, no entanto, não servia para tornar visíveis outros tipos de violências sofridas por essas mesmas mulheres. O que era entendido como violência no final do século XIX brasileiro? Qual a melhor linguagem para tratar de casos de violência, quando se tornavam notícias na grande imprensa?

Algumas respostas para essas perguntas tornam-se mais evidentes, quando acompanhamos o debate gerado por algum acontecimento. As notícias sobre suicídios, ocorridos na década de 1880, são um valioso material, por causa dos detalhes

transcritos, deixando ver informações sobre a pessoa que havia praticado o suicídio, bem como aquilo que a motivou e o meio empregado. A busca pela riqueza de detalhes não poupava expor situações íntimas e, por vezes, constrangedoras de pessoas de diferentes classes sociais. Desse modo, é possível encontrar desde o lamento por detrás da história de um médico que tivera seus bens penhorados e por isso havia cravado um “bisturi no pescoço” (*Gazeta de Notícias*, 24 de setembro de 1880) até as informações e indicação de futuras investigações, devido ao suicídio de uma escrava que tivera seu corpo encontrado em um poço (*Gazeta de Notícias*, 2 de janeiro de 1881). Tantas outras vezes, as notícias sobre suicídio, na verdade, traziam uma interrogação: tratava-se mesmo de um suicídio ou de um crime? Nessas havia espaço para que os jornais cobrassem investigação policial, enquanto o próprio corpo de colaboradores daquela imprensa espalhava as suas opiniões não somente sobre a situação ocorrida, como sobre os locais onde o suposto “crime” havia acontecido, ou seja, “prolongamentos das casas de tolerância, pomposamente decoradas com o nome de hospedarias” (*Gazeta de Notícias*, 7 de janeiro de 1881).

Eram tão fartas, variadas e pareciam chamar tanta atenção do público leitor que a imprensa europeia propôs um acordo de não noticiar aqueles casos, porque os mesmos pareciam motivar outras pessoas a cometerem o suicídio (*Gazeta de Notícias*, 25 de maio de 1883)<sup>1</sup>. O fato é que se algumas vezes tornaram-se escassas as chamadas intituladas “Suicídio”, o número rapidamente voltava a crescer, nos jornais brasileiros. Isso sem deixar de considerar qual seria o melhor modo de dar aquelas notícias. Desse modo, logo nos primeiros dias de 1885, num dos espaços mais privilegiados do jornal, o cronista começava, afirmando: “Suicídios, muitos suicídios, muitíssimos suicídios! Uma verdadeira epidemia de suicídios” (*Gazeta de Notícias*, 18 de janeiro de 1885). Como a epidemia de febre amarela, mas com a diferença de que a imprensa era responsabilizada por esse caos: “são as *interessantes* notícias de suicídios, hoje feitas mais de *jeito* e de mais sensação como o exige o adiantamento de reportagem, que trazem em consequência... outros suicídios” (*Gazeta de Notícias*, 18 de janeiro de 1885).

---

<sup>1</sup> Situação semelhante ocorreu no Brasil, em 1885, quando a Academia Imperial de Medicina solicitou à imprensa que não publicasse os casos de suicídio em suas colunas. (*Gazeta de Notícias*, 12 de dezembro de 1885). Apesar disso, embora num primeiro momento tenham escasseado, as notícias continuaram aparecendo.

É muito provável que a imprensa tenha se aproveitado do interesse do público leitor por histórias com aquele teor. Por outro lado, aqueles jornais e revistas ajudaram a tornar públicas histórias de assassinatos de mulheres escondidas sob a névoa do suicídio. Na maioria das vezes, eram histórias de mulheres mortas por seus companheiros, que antes da investigação – policial e/ou jornalística – foram tratadas como suicídios. Da mesma forma que aquela imprensa tendia a ler o temor sentido por mulheres ao ter seus corpos expostos diante de médicos como uma simples questão de pudor, aqueles mesmos homens colocavam em dúvida: suicídio ou assassinato? Talvez a violência só fosse reconhecida de imediato, quando a mulher era a agressora e não a agredida.

Vamos acompanhar a publicação de algumas dessas histórias. “Suicídio ou assassinato?”, com essa pergunta começava a transcrição, na *Gazeta de Notícias*, de coluna retirada de jornal publicado em Sorocaba, São Paulo (*Gazeta de Notícias*, 3 de fevereiro de 1881). A narrativa traz a história de Maria Rita, “moça de 17 anos de idade”, casada com Antônio Joaquim Pinto, “homem de 45 a 50 anos”. Aquela não deveria ser uma união feliz, pois, como o próprio jornal informa, Antônio era um homem muito ciumento, o que justificava maus tratos e espancamentos sofridos pela moça, que possuía “dotes naturais que a ornavam”, conforme linguagem utilizada na notícia. No dia 20 de janeiro, Maria Rita havia desaparecido de casa e sido encontrada apenas 3 dias depois. Na verdade, encontraram “os restos de seu cadáver, que fora devorado por cães, porcos e corvos!”. E ainda, “além dos ossos, apenas restavam o olho esquerdo, que estava meio saindo da órbita, e parte do pescoço, por onde se conheceu ter sido a morte causada pela asfixia por estrangulação”. Ao proceder com as investigações, a polícia inquiriu 16 testemunhas e o caso ocorrido na pacata vila Piedade parece ter deixado todos impressionados. Embora houvesse indícios fortes de que se tratava de um assassinato, o jornal alimentava a dúvida de que poderia ter sido um suicídio. Isso porque o fato vinha “revestido de pequenas circunstâncias, que não vêm a pelo ser mencionadas e que, todavia, justificam a dubiedade de nossa epígrafe”.

A notícia aparecia no meio da página, sem qualquer recurso para chamar a atenção dos leitores, de forma bastante despretensiosa. Não pretendia ser nada mais do que a transcrição de coluna de um jornal do interior. A forma escolhida pelo seu redator

escapava de qualquer posicionamento, por mais aterradora que pudesse ter sido aquela morte. Parecia ser apenas mais uma jovem mulher morta que, mesmo que não tenha sido assassinada pelo marido, sofria diversas agressões físicas, justificadas por causa dos ciúmes dele. O caso não voltou a aparecer na *Gazeta de Notícias*.

Outra história de assassinato de mulher apareceu dessa vez nos “A pedidos” com a seguinte chamada: “Ao Exm. Sr. ministro da justiça – Freguesia do Sacramento” (*Gazeta de Notícias*, 13 de março de 1884). Tratava-se do “assassinato da infeliz D. Branca e do suicídio do marido desta”. Em nota assinada por “Demócrito”, em nome da moralidade das famílias, exigia que fosse investigado o caso muito menos em razão da mulher, definida como adúltera, e muito mais com o objetivo de punir aquele que teria “invest(ido) contra a paz do lar doméstico, profana(do) o leito conjugal, e torna(do) causa de crimes e cenas ltuosas”. Dessa vez, a preocupação daquele que pagou para ter seu reclame publicado girava em torno de uma correção moral. Era o espaço da imprensa, servindo para cobrar uma atuação mais firme da Justiça. Cobrança que não havia aparecido na composição da coluna sobre o assassinato/suicídio de Maria Rita.

Mais despreziosa ainda foi a forma escolhida para noticiar a morte de Maria. Na segunda página da *Gazeta de Notícias*, na seção “Província de S. Paulo”, ao lado de outros informes sobre a chegada à capital do bispo do Ceará e sobre a fuga de escravos para a casa do abolicionista Antônio Bento, aparecia a transcrição do *Correio de Campinas*, noticiando que havia sido levada para Mogi Mirim, a órfã Maria, que se suicidara na fazenda do senhor Amâncio Bueno. Dessa vez, no entanto, o jornal de Campinas cobrava uma solução para o caso, pois afirmava ter um informante que vira o corpo da moça e garantia que ela havia sido assassinada e que não fora um suicídio. Acrescentava ainda que o corpo possuía “contusões no rosto e em um dos braços”, que ela estava grávida e que, tempos antes, “um indivíduo que morava na fazenda do Sr. Bueno, em companhia da mãe de Maria, expulsara a mãe desta, mantendo consigo a filha”. Havia, portanto, a sugestão de que a menina fora morta por seu padrasto/tutor de quem estava grávida. Diante de situação tão dramática, o redator afirmava que o caso era grave e que merecia esclarecimento da parte das autoridades.

A história da órfã de Mogi Mirim, no entanto, voltou a aparecer na mesma seção “Província de S. Paulo”, da *Gazeta de Notícias* (25 de outubro de 1885). A transcrição

da notícia de *O commercio*, folha publicada em Campinas, possuía muito mais detalhes e revelava o que havia acontecido com a menina. Maria Claudina da Silva (esse o nome completo dela) havia sido encontrada morta e consideraram, num primeiro momento, que ela havia se suicidado, porque estava grávida e não podia “resistir à sua vergonha”. Com a cobrança da imprensa para que aquilo fosse investigado, descobriram que a menina havia sido “deflorada” e assassinada por ciúmes. Tudo foi esclarecido com o depoimento de uma escrava da fazenda, que revelou que José Carneiro da Silva “depois de haver espancado durante todo o dia a vítima, às 5h20 horas da tarde deu-lhe um tiro de garrucha, matando-a instantaneamente”. Para somar com as revelações da escrava, ainda havia provas “científicas”: a arma foi encontrada longe do corpo da vítima, sendo que “depois de morta (Maria) não podia pôr a arma no descanso” e o tiro havia sido disparado do alto “entrando a bala junto à clavícula”. Depois de ter a história revelada, José Carneiro suicidou-se na prisão, conforme relatava a notícia.

A *Gazeta de Notícias* talvez apenas investisse na popularidade de histórias de assassinatos. Os jornais de Campinas, por outro lado, acabaram ajudando a desvendar essa história, levando à punição ao verdadeiro culpado e proporcionando um enterro digno para Maria Claudina da Silva. Enquanto suspeitavam de que havia se suicidado, o corpo de Maria fora enterrado num campo. Depois de revelado o assassinato, fora transferido para ser sepultado em local “sagrado”. Interessa-nos, no entanto, notar como o primeiro impulso foi o de acreditar na versão de José Carneiro da Silva. Para que a violência contra a mulher fosse, ao menos, passível de desconfiança, foi necessário tornar pública aquela história por meio de vários jornais. Talvez as histórias de Maria Claudina e de Maria Rita fossem idênticas. As duas foram vítimas dos ciúmes de homens muito mais velhos e de uma polícia que insistia em considerar, em primeira instância, que elas teriam se suicidado.

Para desvendar esses casos de violência contra mulheres a imprensa possuía um papel fundamental, conforme podemos observar nesse último caso. Se algumas dessas histórias apareceram na segunda página do jornal, sem qualquer destaque, outras ganharam o espaço do debate e foram escrutinadas por cronistas que possuíam um público fiel. Quando se tratava de algum suicídio, Eloy, o Herói destacava-se no meio das polêmicas. Com o intuito de condenar todo e qualquer suicida, esse narrador acabou



se metendo em situações bastante delicadas. Nesse sentido, vamos acompanhar mais duas histórias que renderam discussões capazes de nos fazer entender melhor sobre violência contra mulheres na década de 1880 e o modo como cronistas do sexo masculino se posicionavam diante daquelas situações.

Assim como as histórias de Maria Rita e Maria Claudina, a *Gazeta de Notícias* publicou sobre o assassinato de Maria Sabina (11 de abril de 1887). Dessa vez não havia dúvida a respeito de que se tratava. Em negrito e maiúsculas, vinha: **ASSASSINATO**. O jornal relatava:

Manuel Antonio da Silva, ex-praça do 1º batalhão de infantaria, anteontem, às 9 horas da noite, dirigindo-se para o quarto n. 1 da estalagem denominada Cabeça de Porco, à rua do Barão de S. Félix, teve, por motivo de ciúmes, uma altercação com sua amásia Maria Sabina Rodrigues Chagas, e em seguida feriu-a com uma punhalada no lado esquerdo do peito, matando-a instantaneamente.

Silva, ao ver cair sua vítima, procurou evadir-se, mas, sendo perseguido, foi preso a poucos passos e apresentado ao Sr. subdelegado do 2º distrito de Santana, que fez lavrar o competente auto de flagrante, fazendo em seguida recolher o criminoso à casa de detenção.

O cadáver de Maria Sabina foi ontem pela manhã removido para o necrotério e autopsiado pelo Sr. Dr. Thomaz Coelho, que verificou ter sido a morte causada por um ferimento da artéria aorta, que foi atravessada pelo instrumento de quem se serviu o assassino, e que fendeu também o lóbulo do pulmão esquerdo.

O ferimento, feito junto ao bordo do esterno atravessou o espaço intercostal da 2ª e 3ª costela esquerdas, e mede três centímetros de extensão sobre um de largura.

Para a elaboração da notícia, havia a junção da linguagem policial com o jargão médico-científico. Aquela mulher pobre, moradora de um dos maiores cortiços da cidade, não escapou, mesmo depois de morta, de ter seu corpo examinado num necrotério e exposto nas colunas dos jornais fluminenses. Conforme indica Maria Helena Machado, o exame médico-legal “estabeleceu todo um discurso e formas de agir altamente invasivas, nos quais se esgueirou um vocabulário científico e masculino” (MACHADO, 2010, P. 191). Talvez ali estivesse o modo sério de oferecer a notícia. Com ares de científico e imparcial, apenas com o objetivo de informar os leitores. O

mesmo não ocorre, quando o fato ganha o espaço da crônica. Assim, na mesma *Gazeta de Notícias*, mas no dia seguinte, José Telha, em sua série “Macaquinhos no sótão”, começava: “Mais um amante levanta o braço e deixa-o cair, com um punhal, no peito da mulher que traiu, ou que pelo menos ele suspeita traição” (*Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1887). Era a aclamada “leveza” da crônica usada para debater um tema tão doloroso: o assassinato de uma mulher. A crônica ainda se desdobraria com o objetivo de questionar o colega Eloy, o Heróe sobre suicídios.

Já vimos Eloy, o Heróe aparecer neste texto. Essa era a assinatura usada por Arthur Azevedo em duas de suas séries publicadas naquela década de 1880. O pseudônimo respondia pelas “Croniquetas”, publicadas quinzenalmente na revista de moda e literatura *A Estação*, e no “De palanque”, publicadas no *Diário de Notícias* e também no *Novidades*. José Telha era outro famoso jornalista por aqueles tempos. Tratava-se de Ferreira de Araújo, um dos proprietários da *Gazeta de Notícias*. Fazendo uso do seu personagem, Eloy, o Heróe, Arthur Azevedo parecia disposto a colocar fim na prática do suicídio. Para isso, usou suas crônicas no sentido de criticar e até mesmo ridicularizar quem tentasse aquilo que a imprensa carioca e mundial havia classificado como epidemia. Como os jornais estavam cheios de informações sobre suicidas, não faltavam elementos para a composição de suas crônicas. Isso não escapou a Ferreira de Araújo que recorreu a sua coluna mais humorística para fazer piada com o colega. Desse modo, no espaço das crônicas, o suicídio e, em decorrência, o assassinato de mulheres serviam para o debate público por meio da piada e da escrita mais palatável. Ao fazer rir – ou ao rir do colega – Ferreira de Araújo deslocava uma notícia que poderia passar despercebida de seus leitores, por causa da linguagem pouco acessível, e a tornava mais corrente. Desse modo, a primeira frase elaborada por José Telha coloca em suspeição a própria traição. Um homem havia matado uma mulher, por ciúmes, sem nem saber ao certo se estava mesmo sendo traído. A traição não deveria servir de justificativa para o assassinato, mas colocar isso em dúvida, diferente de tudo o que se publicava sobre casos como aquele, constitui-se em diferença importante.

A crônica assinada por José Telha, no entanto, servia para mostrar para Eloy, o Heróe, e, em consequência, para todos os leitores da *Gazeta de Notícias*, que um assassinato poderia ser mais preocupante e grave do que os suicídios que tomavam

conta da atenção da imprensa por aqueles tempos. Para isso, seu primeiro exercício foi criar um exemplo de decepção amorosa vivida pelo Sr. A. Este se apaixona pela menina B que prefere o amor do “vendedor da esquina”. Por causa dessa rejeição, o Sr. A acabaria se suicidando. Essa situação hipotética renderia a Eloy, o Heróe uma crônica em que o Sr. A seria classificado de “covarde para baixo”, tudo com o objetivo de acabar com a “funesta mania do suicídio”. Além dessa situação, José Telha ainda cria outra hipótese em sua “Macaquinhos no sótão”. Nessa outra, o Sr. C se apaixona pela Sra. D que “prefere o amor do sacristão da freguesia”. Movido pela rejeição, nesse caso, o Sr. C mata a Sr. D e foge em seguida. Dessa vez, de acordo com José Telha, Eloy, o Heróe permaneceria caladinho. Quando muito dissertaria sobre os ciúmes, falaria de Otelo e transcreveria versos de Castilho. A crônica ainda tem continuidade com outros exemplos, em que José Telha pretende demonstrar que situações diversas a do suicídio também mereceriam repreensão. E ainda deixa um questionamento para o cronista que assinava o “De palanque”: “eu peço-lhe que me diga se acha que aquele sujeito, que, há três dias, apesar das súplicas de um filho, matou a amante, fez muito melhor matando-a, do que faria, se só matasse a si”.

Naquele ano de 1887, Arthur Azevedo havia sido acusado de plágio pelo dono do *Diário de Notícias*, jornal onde começou a sua série “De palanque”. Por causa desse imbróglio, essa série passou a ser publicada no *Novidades*. Foi esse espaço que Eloy, o Heróe usou para responder José Telha. A resposta começava, afirmando que ao tratar de assassinos em sua coluna, Eloy, o Heróe agia como um “promotor público”. Depois dizia que “o suicida é um assassino, assim como o dissipado é um ladrão de si mesmo”, até chegar à resposta direta e objetiva ao outro cronista:

*José Telha* pede-me que lhe diga se na minha opinião um sujeito, que matou a amante, melhor faria se se suicidasse.

Melhor faria, está vivo: assassinar por assassinar, antes a si do que aos outros. Ninguém tem o direito de tirar a vida ao seu semelhante, a não ser que exerça a profissão de executor de alta justiça ou a de guerreiro; ninguém tem igualmente o direito de matar-se; mas diante do argumento bicorne que me apresenta *José Telha*, não hesito em optar pelo suicídio. (*Novidades*, 13 de abril de 1887)

Aquilo que parecia ser apenas uma diversão entre cronistas em busca de debate ou mesmo de assunto para uma próxima crônica, acabava chamando atenção para o

assassinato de mulheres por causa dos ciúmes masculino. Talvez tivesse o efeito de fazer com que o público leitor refletisse sobre a questão, assim como fazia o próprio Arthur Azevedo ao elaborar a resposta assinada por Eloy, o Heróe. Joga luz sobre o fato de que crimes contra mulheres aconteciam rotineiramente – talvez fosse mais uma epidemia social do século XIX – e ninguém se comprometia em tentar solucionar aquilo, nem mesmo em tornar públicas aquelas histórias.

Outras duas mortes de mulheres mobilizaram os jornais fluminenses. Entre os dias 15 e 19 de novembro de 1888 foram noticiadas as mortes de duas mulheres queimadas vivas. As notícias apareciam ao lado de outras sobre uma menor seduzida e violentada (*Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1888), do “raptó” consentido de outra menina (*Gazeta de Notícias*, 17 de novembro de 1888), de vários incêndios de imóveis (*Gazeta de Notícias*, 16 e 23 de novembro de 1888) e da tentativa de suicídio de mulheres sem que fossem reveladas as causas (24 e 29 de novembro de 1888).

No dia 15 de novembro de 1888, a *Gazeta de Notícias*, sob o título “Suicídio por ciúmes”, apresentava, embora em coluna noticiosa, mas com linguagem frequentemente utilizada nos folhetins, o “drama íntimo” de Maria da Gloria Pereira de Oliveira. Logo no primeiro parágrafo estavam o nome completo da mulher, o de seu marido, a idade dela – contava apenas 23 anos – e o endereço do casal. Em seguida, sem recorrer à linguagem médico-científica, conforme ocorrera com o caso de Maria Sabina transcrito na íntegra neste texto, aparecia sob o tom romanceado:

Mais de uma vez, arrastada por um demônio de ciúme que não a deixava refletir, a infeliz provocava cenas violentas com seu marido, que resignado sofria aquelas explosões de um zelo infundado.

O redator não se dava ao trabalho de mostrar como teria ficado sabendo de detalhes tão íntimos da vida do casal. Elegera, de antemão, o homem como vítima da loucura de uma mulher obsessiva. Alguém que, tomada por um acesso de loucura, havia derramado querosene sobre as roupas que vestia e ateadado fogo. Ainda, de acordo com a redação da notícia, o “pobre marido estava ausente”, e, por causa dos gritos da mulher, a mesma fora socorrida por “algumas pessoas” que não conseguiram livrá-la da morte. Antes de morrer, no entanto, Maria da Glória revelou à polícia que havia “propositalmente derramado o líquido nas roupas, na firme intenção de matar-se”. Para concluir a notícia, o redator ainda revelava: “Maria da Glória era casada há 6 meses e

fora sempre bem tratada por seu marido. Conta que já em solteira a infeliz havia tentado suicidar-se”. Existia ali um claro esforço no sentido de mostrar a inocência do marido de Maria da Gloria e a loucura dela. Esse modo de contar afastava-se daquele utilizado em notícias em que o homem era quem matava a mulher por ciúmes.

O *Diário de Notícias*, também do dia 15 de novembro de 1888, foi um pouco mais econômico ao narrar a história do suicídio de Maria da Glória. Em dois parágrafos objetivos, deu o nome, a idade e o endereço da moça. Em seguida, referiu-se ao objeto que causou a morte dela e como a mesma fora socorrida. Para terminar, no entanto, acrescentava que “Maria da Gloria praticou esse ato por ciúmes infundados; tendo ela declarado à autoridade local que era casada havia seis meses e que vivia bem com seu marido”. Talvez essa declaração da moça tenha motivado todas as conclusões precipitadas e que foram publicadas a respeito do caso. Certamente aquele casal não vivia tão bem assim. Mas ninguém quis saber. Parecia mais simples e óbvio concluir pela loucura de uma suicida que incendiara a própria roupa e pela inocência de um “pobre marido”. As histórias de mulheres suicidas não eram investigadas, a não ser quando havia cobrança da própria imprensa e de vizinhos pelo esclarecimento do caso, conforme já acompanhamos neste texto.

No dia seguinte, no *Diário de Notícias*, Eloy, o Herói assinou a sua crônica “De palanque” em que iniciava comentado sobre a história de Maria da Gloria (*Diário de Notícias*, 16 de novembro de 1888). Antes de tudo, afirmava sobre o seu receio de ser mal entendido, por causa da sua insistência em condenar suicidas, e, em seguida, dizia se tratar de uma “alucinada”, que oferecia um “funesto exemplo” e que, por isso, segundo suas palavras: “hei de condenar o suicídio com toda a convicção de minha alma”. A crônica ainda servia para que outros julgamentos fossem feitos às mulheres, de modo geral:

Se as inúmeras mulheres que têm ciúmes dos respectivos maridos resolverem ensopar as vestes com petróleo e atear-lhes fogo, em breve teremos uma população de viúvos, porque o ciúme das mulheres, sendo ao mesmo tempo uma manifestação de amor e um pretexto para apoquentar maridos, é a mais universal de todas as paixões.

Finalmente vinha um pedido feito aos outros suicidas para que procurassem outros meios e que não colocassem em risco uma casa ou um bairro inteiro de se

incendiar. Conforme declarava José Telha, Eloy, o Heróe não possuía qualquer piedade ou sentimento de compaixão para com os suicidas. Nesse caso, porém, chegava mais longe, fazendo piada com as mulheres, de modo mais amplo. Era comum usar o espaço da crônica para tratar de temas áridos com mais leveza e humor. Não era isso que Eloy, o Heróe fazia nos casos que envolviam suicídios. O humor do cronista tinha o objetivo de punir o suicida, sem nem ao menos buscar mais informações sobre o caso tratado.

Poucos dias depois, a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias* contavam sobre a morte da Sra. D. Constança Lopes Gomes que “havia morrido queimada, em um sótão” (*Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1888). Para o esclarecimento dessa morte, a polícia contava com os depoimentos do marido da mulher e de outras pessoas que moravam na mesma casa. Revelava-se, por meio das falas deles, que D. Constança “sofria de ataques nervosos”. Nenhum dos dois jornais afirma ter ocorrido ali um suicídio, terminando suas notícias com informação de que estava aberto um inquérito para apurar o caso. No entanto, no dia seguinte à publicação dessas notícias, aparecia a “De palanque”, em que Eloy, o Heróe não apenas afirmava ter sido um suicídio, como também tentava demonstrar que o novo caso havia sido inspirado naquele em que Maria da Gloria, por ciúmes do marido, havia jogado querosene em seu próprio corpo e ateado fogo. Assim, suplicava:

Houve – para que nega-lo? – houve um suicídio, inspirado pelo da outra senhora que se queimou, - e com certeza não teríamos que lamentar esta nova desgraça, se os jornais houvessem guardado a reserva aconselhada pelo amor do próximo.

Ainda uma vez, reflitam os colegas que uma notícia de menos não os fará mais pobres. (*Diário de Notícias*. 20 de novembro de 1888)

Talvez aconselhado por seus colegas de imprensa a ter mais prudência com este último caso, quando Eloy, o Heróe recontou essas notícias para as moças leitoras de *A Estação*, amenizou:

Sobre o segundo caso não tenho o direito de escrever enquanto o não vir convenientemente esclarecido; quanto ao primeiro limitar-me-ei a aconselhar às leitoras que não se queimem com as falcatruas de seus queridos esposos ao ponto de... se queimarem. (*A Estação*. 30 de novembro de 1888)

As crônicas são textos valiosos, na medida em que nos ajudam a perceber um pouco sobre a construção das opiniões entre os seus próprios redatores. Revelam

conflitos entre os cronistas em torno de um mesmo tema e como era um espaço privilegiado de debate e de transformação da própria notícia, por meio de uma linguagem certamente mais acessível e interessante. Um dos grandes conflitos aquela época dizia respeito ao tratamento oferecido aos suicidas. Publicar suas histórias nos jornais poderia fazer com que outras pessoas copiassem aquele exemplo? Era nisso que acreditava Eloy, o Heróe. Embora, ele tenha sido um dos que mais abordou essa temática.

Para além das querelas entre jornalistas, a crônica era instrumento de reflexão sobre histórias de jovens médicas oriundas das classes mais abastadas e das situações de ciúmes que desencadeavam em mortes de mulheres pobres. Quando o ciúme era masculino, a mulher era assassinada. Quando o ciúme era feminino, a mulher se suicidava. Em ambas as situações quem morria eram as mulheres. Conforme José Telha tentava explicar para Eloy, o Heróe talvez essa fosse a grande epidemia do final do século XIX. Violências diversas sofridas por mulheres de diferentes classes sociais serviram de ingrediente para a composição de crônicas, mesmo quando o objetivo do redator não fosse necessariamente de denúncia. Às vezes travestida de galanteio, outras de polêmica jornalística, as histórias de violências contra essas mulheres se cruzaram nas páginas daqueles jornais, ganharam força e, possivelmente, um número maior de leitores, por causa da linguagem e da forma da crônica. Assim, fizeram pensar, inclusive, em que medida poderiam ser classificadas como formas de violência contra mulheres.

Fontes:

*A Estação*, novembro e dezembro de 1888.

*A Mãe de Família*, março de 1884.

*Diário de Notícias*, 1880-1890.

*Gazeta de Notícias*, 1880-1889.

*Novidades*, abril de 1887.

Referências bibliográficas:

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo; NEVES, Margarida de Souza. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

MACHADO, Maria Helena. “Corpo, gênero e identidade no limiar da abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880)”. In: *Afro-Ásia*, 42, 2010. Pp. 157-193.